

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.948 - SP (2019/0300518-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABRIELA GALETTI PIMENTA - SP310845
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATEUS MANOEL PEREIRA DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : DANIEL SOUZA DOS SANTOS (PRESO)
PACIENTE : CLAUDIO DAVID DOS SANTOS CRUZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MATEUS MANOEL PEREIRA DA SILVA, DANIEL SOUZA DOS SANTOS e CLAUDIO DAVID DOS SANTOS CRUZ apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, objetivando, liminarmente e no mérito, o reconhecimento da primariedade de Daniel, o afastamento do concurso formal e a fixação do regime semiaberto aos pacientes MATEUS MANOEL PEREIRA DA SILVA e DANIEL SOUZA DOS SANTOS.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão deduzida é claramente satisfativa, inviabilizando a suspensão dos efeitos do acórdão, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito, após a regular instrução do feito, assim garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

